

# Foco no Planalto

Notas sobre a semana de 19 a 23 de outubro de 2015, em Brasília.

## GOVERNO GANHA TEMPO PARA DISCUSSÃO DO IMPEACHMENT

**Apesar do quadro político de grande instabilidade nas últimas semanas, a presidente Dilma viu o fantasma do impeachment se distanciar.** O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, perdeu a confiança na aliança com a oposição e procura um entendimento com os governistas. A nota divulgada pela oposição contra Cunha foi decisiva nessa reviravolta.

**Cunha não segura apenas os pedidos de impeachment como também o relatório do TCU.** Essa postura favorece o Planalto. A votação dos vetos, que vem sendo interpretada com uma

derrota do governo, são uma vantagem, pois não há risco de ser efetivamente derrotado. Não é à toa que os governos anteriores aos do PT adotavam como tática parlamentar não votar os vetos. Eles ficam permanentemente mantidos.

**Outro fator relevante, considerado um revés pela oposição, foi a inesperada intervenção do STF no processo político.** Essa atitude indica ainda que o Tribunal pode se posicionar em relação ao julgamento das contas da campanha Dilma/Temer pelo TSE. Os fatos sinalizam que a luta política será adiada para o ano que vem. A oposição queria avançar mais nesse ano. O governo aposta no final de ano, e no recesso do Congresso, para esfriar o ambiente até março do ano que vem.

## Poder Executivo

### Presidência da República

A Presidente **Dilma Rousseff** iniciou a semana em **viagem oficial à Suécia e à Finlândia** que tem como objetivo dinamizar as relações comerciais com os dois países. Dentre os temas tratados estão as negociações do acordo comercial entre o Mercosul e União Europeia; ampliação dos acordos na área de educação básica com a Finlândia; atração de empresas para projetos de infraestrutura, principalmente na área naval petroleira; além de visita ao Instituto Real de Tecnologia da Suécia e à fábrica da Saab (fabricante dos caças Gripen adquiridos pelo Brasil)

Ela segue acompanhada de comitiva formada pelos ministros **Armando Monteiro** (Desenvolvimento), **Celso Pansera** (Ciência e Tecnologia), **Aldo Rebelo** (Defesa) e **Mauro Vieira** (Relações Exteriores), além do secretário-executivo **Luiz Claudio Costa** (Educação) A presidente deve retornar ao País amanhã (20).

### Secretaria de Aviação Civil (SAC)

O ministro **Eliseu Padilha** cumpriu hoje (19) agenda no Rio Grande do Sul, onde participou do Programa Ernesto Teixeira - Prato para todos. Na sequência, reuniu-se com o Diretor da TV Nativa, Cláudio Omar Morales Haubman e com a vice-prefeita de Canoas/RS, **Beth Colombo**.

### Secretaria de Portos (SEP)

O ministro **Helder Barbalho** participou hoje (19) da reunião do Conselho de Administração da Companhia Docas do Pará – CONSAD.

### Ministério da Defesa (MD)

O ministro **Aldo Rebelo** compõe comitiva presidencial em viagem à **Suécia e Finlândia** que tem como objetivo dinamizar as relações

	<p>comerciais com os dois países.</p>
<b>Ministério da Fazenda (MFAZ)</b>	<p>O ministro <b>Joaquim Levy</b> realizou hoje (19) apenas reuniões internas em seu gabinete. Na quarta (21), o ministro deve comparecer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, onde participa de audiência pública para <u>discutir a dívida pública brasileira, interna e externa, federal, estadual e municipal.</u></p> <p>O secretário-Executivo, <b>Tarcísio Godoy</b>, participou hoje (19) da reunião do Conselho de Administração do Banco do Brasil.</p>
Banco Central do Brasil (BACEN)	<p>O <b>Comitê de Política Monetária (Copom)</b>, se reúne nesta terça (20) e quarta (21). A expectativa é de que <u>seja mantida a Selic, em 14,25% ao ano</u>, a previsão anterior para o final de 2016 era 12,63% ao ano.</p> <p>O <b>Boletim Focus</b> divulgado hoje (19) estima que para 2016, a expectativa é de redução da taxa básica, que deve encerrar o período em 12,75% ao ano. A inflação deve estourar o teto da meta (6,5%). A projeção para o IPCA subiu de 9,70% para 9,75%, no quinto ajuste seguido. Para o próximo ano, a expectativa é de inflação mais baixa, mas ainda acima do centro da meta (4,5%). A projeção para 2016 subiu de 6,05% para 6,12%, no 11º ajuste consecutivo. A pesquisa também traz a projeção para a inflação medida pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), que passou de 9,15% para 9,46%, este ano. Para o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), a estimativa subiu de 9,15% para 9,33%, em 2015. A estimativa para o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe) foi mantida em 9,86%, este ano. Na avaliação do mercado financeiro, a produção industrial deve ter uma queda de 7%, este ano, e de 1% em 2016. E a projeção para o dólar ao final do ano permanece em R\$ 4. Para o fim de 2016 passou de R\$ 4,15 para R\$ 4,13.</p>
<b>Ministério da Justiça (MJ)</b>	<p>O ministro <b>José Eduardo Cardozo</b> cumpriu hoje (19) agenda no Rio de Janeiro/RJ, onde reuniu-se com o governador do estado, <b>Luiz Fernando Pezão</b>.</p> <p>A secretária Nacional do Consumidor, <b>Juliana Pereira</b>, participou nesta segunda (19) de reunião para definir as <u>próximas ações do consumidor.gov.br</u>, realizada no Banco do Brasil.</p>
<b>Ministério da Integração Nacional (MI)</b>	<p>O ministro <b>Gilberto Occhi</b> se encontra de férias, devendo retomar as atividades normais nesta sexta (23).</p>
<b>Ministério das Cidades (MCid)</b>	<p>O ministro <b>Gilberto Kassab</b> se reúne com algumas autoridades amanhã (20), entre elas o ministro <b>Miguel Rosseto</b> (Trabalho e Previdência); o governador <b>Paulo Hartung</b> (ES); e os deputados federais <b>Nelson Marquezelli</b> (PTB-SP) e <b>Nilton Tatto</b> (PT-SP). Na quinta (23), Kassab cumpre agenda em Curitiba/PR, onde participa da Abertura do Seminário Internacional Governança Metropolitana.</p>

## Ministério das Comunicações (MiniCom)

O ministro **André Figueiredo** compõe comitiva presidência em viagem oficial à Suécia, de encontro com empresários.

## Ministério de Minas e Energia (MME)

Nesta semana, o ministro **Eduardo Braga** cumpre agenda internacional nos Estados Unidos a fim de **promover o setor elétrico brasileiro com autoridades e investidores**. O ministro, que desembarcou em Nova York na última sexta (16), se reuniu para almoço no mesmo dia com representantes de empresas e potenciais investidores, na Câmara de Comércio Brasil - Estados Unidos e também proferiu palestra na qual apresentou aos convidados as perspectivas do setor elétrico e os futuros projetos em estudo.

Na segunda (19), ele segue para Washington para apresentar a investidores potenciais as oportunidades de negócios no Brasil nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica, em evento organizado pela Embaixada do Brasil na cidade. Braga e comitiva visitarão, na terça-feira (20), o National Institute of Standards and Technology (NIST), agência federal americana que tem a missão de promover a inovação e a competição industrial e será recebido no Departamento de Energia dos Estados Unidos, onde terá reunião com sua contraparte, **Ernest Moniz**.

## Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

O diretor-geral **Romeu Rufino** coordena amanhã (20) a **39ª Reunião Pública e Administrativa Ordinária da Diretoria**. Na quarta (21), ele participa de reunião sobre atualidades e desafios do Setor Elétrico e, sobre o Leilão de empreendimentos do Setor Elétrico no Estado do Espírito Santo.

## Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

O ministro **Armando Monteiro** compõe comitiva presidencial em viagem à **Suécia e Finlândia** que tem como objetivo dinamizar as relações comerciais com os dois países.

Na terça (20) acontece em Moscou (Rússia) a **Reunião de Ministros da Indústria do BRICS**. Em agosto, representantes do setor industrial dos países estiveram reunidos para discutirem mecanismos para o desenvolvimento da cooperação multilateral industrial do bloco emergente e produziram uma declaração e um memorando sobre mineração que foram entregues aos Ministérios de Indústria do Brasil, China, Rússia, Índia e África do Sul e devem ser discutidos pelos chefes das pastas na Reunião que ocorrerá amanhã.

A balança comercial divulgada nesta segunda (19) registrou **déficit de US\$ 250 milhões**, resultado de exportações de US\$ 2,932 bilhões e de importações de US\$ 3,183 bilhões. No ano, as exportações totalizaram US\$ 153,017 bilhões e as importações US\$ 141,991 bilhões, o que gerou um superávit US\$ 11,025 bilhões. Na semana, a média diária das exportações somou US\$ 733 milhões, valor 8,2% abaixo da média diária de US\$ 798,4 milhões, registrada até a segunda semana do mês, como consequência da queda nas exportações das três categorias de produtos: básicos (-12,8%) – por conta de petróleo em bruto, soja em grão e fumo em folhas –, semimanufaturados (-5,2%) – devido a celulose, semimanufaturados de ferro e aço, couros e peles, ferro-ligas e ouro em forma semimanufaturada – e manufaturados (-1,6%) – especialmente ferro

	<p>fundido, óxidos e hidróxidos de alumínio,( ) autopeças, aviões, veículos de carga e motores e geradores. Do lado das importações, houve alta de 22,1% no comparativo entre a média da terceira semana de outubro (US\$ 795,6 milhões) com a média até a segunda semana (US\$ 651,6 milhões), explicada, principalmente, pelo aumento dos gastos com combustíveis e lubrificantes, equipamentos mecânicos, aparelhos eletrônicos, produtos químicos orgânicos e inorgânicos, veículos automóveis e partes, e adubos e fertilizantes.</p>
<p><b>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</b> Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)</p>	<p>Foi realizada nesta segunda a <b>4ª Reunião Extraordinária da CT de Assuntos Jurídicos do CONAMA</b>. Foram deliberados, entre outros temas, a Minuta da Proposta que altera a Resolução nº 411/2009 sobre a <u>inspeção de indústrias madeireiras (madeira nativa)</u>; e proposta que regulamenta os <u>usos de dispersantes químicos de óleo no mar</u>.</p>
<p><b>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)</b></p> <p>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)</p>	<p>O ministro <b>Nelson Barbosa</b> proferiu hoje (19) palestra sobre as perspectivas da economia brasileira a lideranças sociais, acadêmicos e diretoria do Instituto Lula. E na sequência, reuniu-se com <b>Nelson Marconi</b> (FGV) e <b>Mário Bernardino</b> (Abimaq).</p> <p>O secretário de Assuntos Internacionais, <b>Cláudio Puty</b>, cumpre agenda nas cidades de Tóquio (Japão), Xangai e Pequim (China) para participar do <b>Seminário Brasil Infraestrutura</b> e de <b>reuniões com autoridades japonesas e chinesas</b>, devendo retornar ao País neste domingo (25).</p> <p>Nesta quarta (21), o instituto divulga os resultados da <u>Pesquisa Anual da Indústria da Construção</u> e o <u>Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15</u>. E na quinta (22) será apresentada a <u>Pesquisa Mensal de Emprego</u>.</p>
<p><b>Ministério dos Transportes (MTrans)</b></p> <p>Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)</p> <p>Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)</p>	<p>O ministro <b>Antonio Carlos Rodrigues</b> coordenou nesta segunda (19) a reunião de Diretoria Colegiada do Ministério.</p> <p>A ANTT divulgou hoje (19) as <u>diretrizes e o cronograma de operacionalização da inscrição, atualização e recadastramento do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC)</u>. Para o início dos procedimentos, a Agência expediu orientações para as entidades conveniadas com o objetivo de executar as atividades de inscrição e manutenção de transportadores do RNTRC.</p> <p>O diretor <b>Valter Casimiro</b> participou hoje (19) da reunião de Diretoria Colegiada e das Coordenações Vinculadas, com o ministro dos Transportes, <b>Antonio Carlos Rodrigues</b> e com a secretária-executiva, <b>Natália Marcassa</b>.</p>

## Poder Legislativo

<p><b>Congresso Nacional</b> Comissão Mista de Planos,</p>	<p>Nesta semana, a Comissão torna a se reunir para apreciar os relatórios apresentados ao <b>PLN 1/15</b>, que <u>dispõe sobre as diretrizes para a</u></p>
----------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO)	<p><u>elaboração e execução da Lei de Diretrizes Orçamentária de 2016.</u> O deputado <b>Ricardo Teobaldo</b> (PTB-PE) deve incluir em seu parecer também as emendas das comissões temáticas definidas nos últimos dias.</p>
Comissões Mistas sobre Medidas Provisórias	<p>A Comissão da <b>MPV 684/15</b>, que altera Lei que <u>estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias</u>, se reúne nesta terça (20) para apreciação do relatório a ser apresentado pelo deputado <b>Eduardo Barbosa</b> (PSDB-MG).</p> <p>No mesmo dia, a Comissão da <b>MPV 687/15</b>, que autoriza a correção monetária <u>das taxas processuais do CADE e a taxa de Controle de Fiscalização Ambiental</u>, deve deliberar sobre o parecer do relator, deputado <b>Afonso Motta</b> (PDT-RS).</p> <p>Já a Comissão da <b>MPV 696/15</b>, que <u>reorganiza estrutura da Presidência</u>, com extinção e mudança de ministérios, realiza a sua primeira reunião de trabalho também na terça (20).</p>
Câmara dos Deputados Plenário	<p>Os deputados se reúnem em sessões deliberativas em Plenário de terça (20) a quinta (21). A pauta está trancada pela <b>MPV 682/15</b>, que atribui à Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF), a função de administrar o <u>fundo de Estabilidade do Seguro Rural</u>.</p> <p>Também poderá ser discutido pelos deputados o <b>PL 2750/15</b>, que garante a retroatividade do <u>pagamento do seguro-desemprego</u> segundo as regras da Lei 13.134/15 aos trabalhadores que recorreram ao benefício no período de vigência da MP 665/14.</p> <p>Outro item passível de votação nesta semana é o <b>PL 5140/05</b>, que trata sobre a <u>penhora "on line" nas execuções trabalhistas</u>.</p>
Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC)	<p>Na terça (20), a comissão promove <b>audiência pública</b> para instruir acerca do <b>PL 139/99</b>, que <u>dispõe sobre direitos conferidos pela patente e a concessão de licença compulsória</u>. Entre os convidados estão o secretário de Inovação do MDIC, <b>Marcos Vinícius de Souza</b>; o secretário executivo da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI), <b>Naldo Dantas</b>; a presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI), <b>Elisabeth Fekete</b>; entre outros.</p> <p>A Comissão promove reuniões deliberativas de terça (20) a quinta (22) quando pode apreciar, entre outros itens, o <b>PL 139/99</b>, que <u>dispõe sobre direitos conferidos pela patente e a concessão de licença compulsória</u>. A matéria é relatada pelo deputado <b>Andre Moura</b> (PSC-SE) e conta com parecer pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Outro item de destaque é o <b>PL 6530/09</b>, que <u>amplia geração de créditos tributários para empresas</u> – cujo relator, deputado <b>Manoel Junior</b> (PMDB-PB), apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas.</p>
Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)	<p>Nesta quarta (21), a Comissão promove reunião deliberativa, quando pode ser votado, entre outros projetos, o <b>PL 1412/15</b>, que dispõe sobre a <u>aplicação da multa civil</u>. O projeto tem parecer pela aprovação do deputado</p>

<p>Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)</p>	<p><b>Marcos Rotta</b> (PMDB-AM).</p> <p>Após a reunião deliberativa, a comissão promove <b>audiência pública</b> para debater os <u>índices de atendimento das campanhas de chamamento (recalls)</u>. A audiência deve contar com a participação de representantes da ABIA, ANFAVEA, ABRINQ, Interfarma, entre outros.</p> <p>A Comissão realiza reunião deliberativa na quarta (21), quando pode ser apreciado, entre outras matérias, o <b>PL 1636/15</b>, que dispensa microempresas, firmas individuais, empresas de pequeno porte e pessoas físicas do <u>depósito recursal</u> – com parecer do deputado <b>Jorge Corte Real</b> (PTB-PE) pela aprovação, com substitutivo.</p>
<p>Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU)</p>	<p>Nesta terça (20), a Comissão promove <b>audiência pública</b> para debater os projetos à aprovação de <u>entidade representativa da sociedade civil</u> afetada pelas obras do Programa Minha Casa Minha Vida. O evento deve contar com a participação da Secretária Nacional de Habitação do MCid, <b>Inês Magalhães</b>, além de representantes do MMA, da CBIC, da Caixa Econômica Federal e do SOS Mata Atlântica.</p>
<p>Comissão de Educação (CE)</p>	<p>A Comissão se reúne em sessão deliberativa na quarta (21), quando pode ser votado, entre outros, o <b>PL 4579/09</b>, que <u>amplia o prazo máximo do estágio</u> para três anos e torna obrigatória a <u>concessão de auxílio-alimentação ao estagiário</u>. A relatora, deputada <b>Josi Nunes</b> (PMDB-TO) apresentou parecer pela aprovação, com substitutivo.</p>
<p>Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC)</p>	<p>Na quarta (21), a Comissão realiza <b>audiência pública</b> sobre a <u>dívida pública brasileira, interna e externa, federal, estadual e municipal</u>. O evento deve contar com a participação do ministro <b>Joaquim Levy</b> (Fazenda); além de representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da UFMG.</p>
<p>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</p>	<p>A Comissão promove <b>audiência pública</b> nesta terça (20) para debater as <u>resoluções do CONTRAN</u> sobre o uso do extintor de incêndio em veículo, uso de cadeirinhas infantis em vans/ônibus e a <u>implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (SINIAV)</u>. Devem comparecer à audiência representantes do CONTRAN, MPF, CNT, ANFAVEA, OAB, Associação Brasileira das Indústrias de Equipamentos contra Incêndio e Cilindros de Alta Pressão (ABIEX) e Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA).</p> <p>A Comissão se reúne na quarta e quinta (21 e 22) em sessões deliberativas quando pode apreciar, entre outros projetos, o <b>PL 7646/10</b>, que estabelece a contratação obrigatória de <u>seguro de responsabilidade civil por danos materiais causados a terceiros pelos transportadores rodoviários de carga</u>. A matéria conta com parecer do relator, deputado <b>Walter Alves</b> (PMDB-RN), pela aprovação.</p> <p>Outros projetos que podem ser apreciados são o <b>PL 1559/15</b>, que conceitua o termo “<u>praça</u>” para a <u>tributação do IPI</u> – relatado pela deputada <b>Tereza Cristina</b> (PSB-MS) com parecer pela aprovação, na forma de substitutivo; e o <b>PL 2161/07</b>, que institui o <u>Programa de Apoio à Preservação de Florestas (PRÓ-FLORESTA)</u> – que conta com parecer pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do projeto e do substitutivo da CMADS.</p>

Comissão de Legislação Participativa (CLP)	Na quarta (21), a Comissão promove o <b>seminário</b> “O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Oportunidades e Desafios” com a presença de parlamentares e institutos ambientais.
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)	Já na quinta (22) a comissão realiza <b>mesa redonda</b> para debater o tema: <u>crise econômica e crise política: para além de um ajuste fiscal</u> . Entre os convidados estão representantes da OAB, do IPEA, do Instituto Justiça Fiscal (IJF), Receita Federal do Brasil, entre outros.
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)	Os membros da Comissão se reúnem nesta quarta (21), em reunião deliberativa, quando pode ser apreciado o <b>PDC 108/15</b> , que susta resolução do CONAMA sobre <u>parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente</u> . O deputado <b>Stefano Aguiar</b> (PSB-MG) apresentou parecer pela aprovação.
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)	Já na quinta (22), a Comissão se reúne em <b>audiência pública</b> para discutir a situação do <u>setor industrial da reciclagem</u> . Estão entre os convidados a diretora de Ambiente Urbano do MMA, <b>Zilda Maria Veloso</b> , além de representante da Associação de Recicladores de Embalagens PET (Abrepet).
Comissão de Minas e Energia (CME)	Nesta quarta (21), a comissão realiza sessão deliberativa, quando pode ser apreciado, entre outros itens, o <b>PDC 4/15</b> , que susta a redução das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a importação e a comercialização de <u>gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo e querosene de aviação, petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível</u> . O projeto tem parecer pela aprovação apresentado pelo deputado <b>Fernando Jordão</b> (PMDB-RJ)
Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)	Nesta quinta (22), a Comissão promove <b>seminário</b> em conjunto com a CTASP para discutir as <u>migrações internacionais no Brasil</u> , tendo como exemplo o caso dos haitianos. Entre os convidados estão o ministro <b>Miguel Rossetto</b> (Trabalho e Previdência); além de representantes do IBGE, da CUT, Itamaraty, entre outros.
Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	Dentre os itens pautadas na reunião deliberativa desta quarta (21), se destaca o <b>PL 401/01</b> , que define os <u>serviços ou atividades essenciais, para os efeitos do direito de greve</u> . O deputado <b>Daniel Almeida</b> (PCdoB-BA) apresentou parecer pela aprovação, com substitutivo.
Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	Outro projeto que pode ser apreciado é o <b>PL 8294/14</b> , que dispõe sobre a <u>livre estipulação das relações contratuais de trabalho</u> . A matéria recebeu parecer do deputado <b>Benjamin Maranhão</b> (SD-PB), pela aprovação.
Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	Também consta na pauta o <b>PL 1231/15</b> , que torna obrigatória a <u>incluir mecanismos de facilitação da contratação de pessoas com deficiência na iniciativa privada</u> – com parecer do deputado <b>Benjamin Maranhão</b> (SD-PB) pela aprovação, com emenda.
Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	Ainda nesta quarta, a Comissão promove <b>audiência pública</b> em conjunto com a CDP e a CTASP para discutir sobre a <u>inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho</u> e instruir sobre o PL 6144/13. Entre os convidados estão representantes da Associação Nacional de Procuradores do Trabalho, do MTP, do governo do estado de São Paulo e da prefeitura

	de São Paulo.
Comissão Especial da Reforma Tributária	A Comissão se reúne em audiência pública amanhã (20), com a participação do coordenador nacional do Conselho dos Secretários Estaduais da Fazenda, <b>Andre Horta</b> , e de representante do Instituto Justiça Fiscal.
Comissão Especial Tributação de Bens do Exterior	A Comissão se reúne na tarde desta terça (20) para discussão e votação do parecer do relator, deputado <b>Manoel Junior</b> (PMDB-PB).
Comissão Externa Sobre a Paralisação Nacional dos Caminhoneiros (CEXCAMIN)	Nesta quarta (22), a comissão promove <b>audiência pública</b> para debater sobre o <b>PL 528/15</b> , que cria a <u>Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas</u> , e o <b>PL 1316/15</b> , que prevê a possibilidade excepcional de <u>fixação do valor dos fretes praticados no transporte rodoviário de cargas</u> . Foram convidados para o debate o ministro <b>Antônio Carlos Rodrigues</b> (Transportes); o ministro <b>Miguel Rossetto</b> (Trabalho e Previdência); o advogado-geral da União, <b>Luís Inácio Adams</b> ; o diretor-geral da ANTT, <b>Jorge Luiz Bastos</b> , além de representantes de caminhoneiros de transporte de cargas.
CPI do BNDES	A Comissão se reúne nesta terça (20) em audiência pública com a participação do ex-Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), <b>Miguel Jorge</b> .
CPI da Petrobrás	A Comissão promoveu reunião hoje (19) para apresentação e discussão do relatório final.
<b>Senado Federal</b>	
Plenário	<p>A pauta encontra-se trancado pela análise da <b>MPV 678/15</b>, que trata sobre a <u>ampliação da utilização do RDC para compras relacionadas à segurança pública</u>. Após sua votação, Plenário deve se concentrar na votação de itens da área da segurança, como o <b>PLC 101/15</b>, que trata sobre a <u>repressão ao terrorismo</u>; e a <b>PEC 24/12</b>, que institui o <u>Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública</u>.</p> <p>Na quarta (21), devem ser voltados em turno suplementar os substitutivos <b>PLS 281/12</b>, que dispõe sobre o <u>comércio eletrônico, cadastro em banco de dados e entrega de imóveis</u>, entre outros temas; e o <b>PLS 283/12</b>, que dispõe sobre a <u>prevenção ao superendividamento</u>.</p> <p>Podem ser votados o <b>PLS 131/15</b>, que altera a <u>participação da Petrobrás na exploração do Pré-Sal</u>; e a <b>PLS 400/14</b>, que institui percentual mínimo em relação à produção total para o excedente de óleo destinado à União sob o <u>regime de partilha</u>.</p>
Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)	A Comissão se reúne em sessão deliberativa nesta terça (20), quando pode apreciar, entre outros projetos, o <b>PLS 273/13</b> , que determina que os fabricantes de produtos industrializados <u>utilizem materiais reciclados como insumo</u> . O projeto é relatado pelo senador <b>Álvaro Dias</b> (PSDB-PR), que apresentou parecer pela rejeição.
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	Na quarta (21), a Comissão se reúne em sessão deliberativa para debater, entre outros itens, o <b>PLS 537/15</b> , que estabelece regras e procedimentos para <u>desconsideração de atos ou negócios jurídicos para fins tributário</u> –

<p>Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR)</p>	<p>com parecer do senador <b>Randolfe Rodrigues</b> (REDE-AP) pela aprovação; e o <b>PLC 77/15</b>, que dispõe sobre <u>estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação</u> – com parecer do senador <b>Jorge Viana</b> (PT-AC) pela aprovação.</p> <p>Já na quinta (22), ocorre <b>audiência pública</b> para instruir a <b>PEC 47/12</b>, que <u>transfere a competência para legislar sobre publicidade para os Estados ou Municípios</u>. A lista de convidados é composta por representantes do STJ, MJ, OAB, entre outros.</p>
<p>Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)</p>	<p>Nesta quarta (21), a Comissão promove <b>audiência pública</b> para instrução do <b>PRS 1/13</b>, que trata da <u>fixação de alíquotas de ICMS nas operações e prestações interestaduais</u>. O evento deve contar com a participação do Secretário Executivo do CONFAZ, <b>Manuel dos Anjos</b>; do Coordenador dos Secretários Estaduais de Fazenda do CONFAZ, <b>André Horta</b>; do presidente da Cotepe/ICMS, <b>Marcelo Mello</b>; além dos Secretários de Fazenda do ES, MG e SC, e de representantes da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável (Adial Brasil).</p>
<p>Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA)</p>	<p>A Comissão promoveu audiência pública hoje (19) para debater as <u>fontes de custeio das entidades sindicais</u> e suas implicações, com a presença de representantes das centrais sindicais dos trabalhadores.</p> <p>A Comissão promove nesta quarta (21) <b>audiência pública</b> para debater os <u>critérios e metodologia de cálculo do desemprego no Brasil</u>. Foram convidados para o debate representantes do IBGE e do MTP.</p>

## Política

**Dilma: Mercosul apresentará no fim de novembro ofertas comerciais à UE.** Mercosul deverá apresentar sua lista de ofertas para o acordo comercial com a União Europeia (UE) na última semana de novembro, disse a presidente Dilma Rousseff nesta segunda-feira em Estocolmo, em encontro em encontro com o primeiro-ministro sueco, Stefan Löfven. “Esperamos apresentar as ofertas comerciais à União Europeia na data acertada com a Comissão Europeia do Comércio, ou seja, na última semana de novembro”, disse a presidente, em uma entrevista conjunta com o premiê sueco. O governo brasileiro vem anunciando há meses que as ofertas (lista de produtos com tarifa zero de importação) poderiam ser apresentadas rapidamente. “Estamos muito otimistas em relação a esse acordo”, disse Dilma, ressaltando que “do ponto de vista do Mercosul ele está pronto para ser assinado”. Segundo a presidente, a União Europeia tem dados “sinais bem positivos” no sentido de concluir um acordo com o Mercosul. “Não há dúvida alguma” de que o país deseja que o bloco europeu firme acordos com o Mercosul e também com os Estados Unidos, afirmou Löfven, ao ser questionado se o acordo em discussão entre a UE e os Estados Unidos (o chamado TTIP) poderia ser concluído antes das discussões com o Mercosul, que se arrastam há mais de uma década. A presidente Dilma encerra sua viagem à Suécia nesta noite. Ela embarca para Helsinque, na Finlândia, após visitar a planta da SAAB, fabricante sueca dos caças Gripen NG adquiridos pelo Brasil.

**Planalto quer queda rápida do presidente da Câmara.** Para tentar evitar um cenário de paralisia, o Palácio do Planalto vai orientar seus aliados no Congresso a trabalhar por um desfecho rápido da crise que atingiu o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). A equipe da presidente Dilma Rousseff avalia que o melhor é acelerar uma saída de Cunha do comando da Casa, costurando nos bastidores para que a presidência da Câmara continue com o PMDB. Segundo assessores presidenciais, a situação de Cunha ficou insustentável com as novas revelações sobre suas contas na Suíça, mas o governo teme que o

deputado consiga se manter no comando da Casa até o fim do ano.

**Cunha perde apoio no Conselho de Ética para evitar cassação.** O isolamento do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), diante do agravamento das denúncias contra ele nos últimos dias já produz reflexos no Conselho de Ética, que deve analisar seu processo por quebra de decoro parlamentar. Aliados calculam que, em menos de 24 horas, ele perdeu cerca de metade dos votos que tinha no colegiado e agora terá de apostar em manobras regimentais para evitar a perda do mandato e, conseqüentemente, do foro privilegiado. O caso de Cunha chegou ao Conselho de Ética graças a uma representação feita pelo PSOL e pela Rede com base em acusações da Procuradoria-Geral da República de que ele manteria contas secretas na Suíça. Cabe ao colegiado aprovar parecer indicando a cassação ou a manutenção do mandato, após uma investigação. O julgamento sobre o destino político do parlamentar é tarefa do plenário. Aliados do peemedebista contabilizavam, na noite de quinta-feira, de 11 a 14 votos a favor de Cunha entre os 21 titulares do conselho – o presidente vota, mas só em caso de empate. Na tarde do dia seguinte, após a divulgação dos documentos que reforçam que o presidente da Câmara possui contas na Suíça, o cálculo girava em torno de apenas cinco apoios. Foram colocados em dúvida votos de PP, PSD e PR, antes considerados favoráveis. Os votos dos deputados do DEM (1), do PSDB (2) e do PPS (1), para alguns parlamentares, permanecem uma incógnita. O Conselho de Ética não permite troca de seus 21 membros, a não ser em situação de renúncia ou morte. Em caso de ausência, o titular é substituído por um suplente do mesmo partido. Faltam ser preenchidas duas vagas de suplência no bloco do PT e duas no do PSDB. Além das suspeitas crescentes, a perspectiva de judicialização de movimentos de Cunha em favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff esvaziou qualquer ensaio de aproximação do PT e de aliados do governo com o peemedebista para salvá-lo. Diante da instabilidade do momento, deputados discutem a situação de Cunha apenas nos bastidores.

**PF abre inquérito para investigar campanha de Dilma 4 meses após determinação do TSE.** Quase quatro meses após o ministro Gilmar Mendes, do Tribunal Superior Eleitoral, determinar abertura de inquérito para investigar suposta prática de atos ilícitos na campanha que reelegeu a presidente Dilma Rousseff em 2014, a Polícia Federal instaurou a investigação. A primeira determinação do ministro é de junho; a segunda é de agosto. Gilmar utiliza informações reveladas pelas investigações da Operação Lava Jato para dizer que a campanha foi supostamente financiada com recursos da Petrobrás. Por ser uma empresa de capital misto (recursos públicos e privados) a petroleira é vedada de financiar campanhas eleitorais. "As doações contabilizadas parecem formar um ciclo que retirava os recursos da estatal, abastecia contas do partido, mesmo fora do período eleitoral, e circulava para as campanhas eleitorais", escreveu o ministro. O ministro também citou delação premiada do lobista Milton Pascowitch, que afirmou a investigadores que parte dos recursos de propina teria sido repassada a pedido do então tesoureiro do PT João Vaccari Neto, hoje preso na Lava Jato, ao site Brasil 247, "simulando contrato de prestação de serviços". "O objetivo seria financiar a propaganda disfarçada do Partido dos Trabalhadores e seus candidatos, além de denegrir a imagem dos partidos e candidatos concorrentes", concluiu o ministro. "Em suma, há indicativos de que o partido recebeu auxílio por meio de sociedade de economia mista e publicidade", resume. As contas de campanha da presidente Dilma e do PT foram aprovadas com ressalvas pelo TSE em dezembro de 2014. A aprovação se deu na Corte por unanimidade após os ministros acompanharem o voto do relator, que foi o próprio Gilmar. No despacho ele justificou seu voto pela aprovação alegando que "apenas no ano de 2015, com o aprofundamento das investigações no suposto esquema de corrupção ocorrido na Petrobrás, vieram a público os relatos de utilização de doação de campanha como subterfúgio para pagamento de propina".

**Dilma diz que é 'muito difícil' reequilibrar contas públicas sem CPMF.** Em viagem à Suécia, a presidente Dilma Rousseff voltou a defender neste domingo o retorno da CPMF, ressaltando que ela é "crucial para o país voltar a crescer". Segundo a presidente, será "muito difícil, para não dizer impossível" reequilibrar as contas brasileiras sem o retorno do tributo sobre movimentações financeiras. "Precisamos estabilizar as contas públicas para o país voltar a crescer. Sem a CPMF isso é muito difícil. Não vou dizer impossível, mas está no grau de dificuldade máxima", afirmou Dilma a jornalistas brasileiros em Estocolmo, pouco após encontro com o rei Carlos XVI Gustavo e a rainha Sílvia. Para Dilma, é "muito importante" que a CPMF seja aprovada até o final do ano. "O Brasil precisa aprovar a CPMF para que a gente tenha um ano de 2016 estável para o reequilíbrio das nossas finanças", declarou a presidente. A presidente disse ainda

que haverá várias reuniões com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para discutir a questão da aprovação das medidas de ajuste fiscal.

**Na Suécia, Dilma diz que "Levy fica" no Ministério da Fazenda.** A presidenta Dilma Rousseff disse hoje (18) que o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, permanece no governo. "O ministro Levy fica. Nem se tocou nesse assunto", disse em entrevista coletiva em Estocolmo, na Suécia, ao ser perguntada sobre rumores publicados na imprensa nos últimos dias de que o ministro deixaria o cargo. "Se ele [Levy] fica, é porque concordamos com a política econômica dele. Não tinha nenhuma insatisfação dele. Eu não sei como é que saem essas informações, elas são muito danosas", destacou Dilma Rousseff. A presidenta disse que, além de outras medidas que farão parte do ajuste fiscal, estratégias para que o governo consiga aprovar a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF0 e também a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que permite o governo gastar livremente parte do Orçamento, estão sendo discutidas com o ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, e com o do Planejamento, Nelson Barbosa. "A CPMF é crucial para o país. Não estamos aumentando impostos porque queremos, estamos aumentando impostos porque precisamos. A questão da CPMF é a melhoria macroeconômica do país. Pode ser que nesse momento algumas pessoas não entendam, mas certamente entenderão quando os efeitos que essa medida produzir aparecerem", avaliou Dilma.

**Sete programas sociais do governo sofrem cortes.** Sete programas sociais do governo federal sofreram cortes em decorrência da crise econômica e das medidas de ajuste fiscal. Apesar da promessa de que a área social seria poupada, programas nas áreas de saúde, educação e agricultura familiar como Pronatec, Farmácia Popular e Aquisição de Alimentos sofreram redução de investimentos, como mostra levantamento feito pelo jornal O Globo. Apenas para o Pronatec e para o programa de Aquisição de Alimentos os gastos previstos no orçamento de 2016 caíram R\$ 2,487 bilhões em relação à previsão de despesas deste ano. Já o orçamento da Farmácia Popular terá R\$ 578 milhões a menos em subsídios que garantem descontos em farmácias e drogarias da rede privada no próximo ano. Em fevereiro deste ano o Minha Casa Melhor teve suas contratações suspensas, e não há previsão de retomada. Alguns programas já vinham sofrendo cortes, como o Água para Todos, que em 2014 teve um orçamento de R\$ 800 milhões e em 2015 caiu para R\$ 250 milhões, uma redução de R\$ 550 milhões. Em 2016 o governo pretende gastar R\$ 268 milhões com o programa.

**Por 2018, Alckmin atua para controlar prévias do PSDB.** Postulante à vaga do PSDB na disputa pela Presidência em 2018, o governador Geraldo Alckmin montou um grupo formado por dirigentes de partidos aliados para impedir que o candidato à Prefeitura de São Paulo da legenda em 2016 seja um nome não alinhado com seu projeto nacional. A articulação feita nos bastidores do Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, envolve líderes de DEM, PPS, PSB e PV, siglas que orbitam na área de influência do governador no plano regional e com as quais ele mantém bom diálogo também na esfera nacional. Segundo relatos de integrantes das cúpulas desses quatro partidos, Alckmin já havia reunido os caciques após ser reeleito no 1.º turno do ano passado para começar a montagem de uma estrutura política nacional que desse suporte a sua eventual candidatura ao Palácio do Planalto. A movimentação desse grupo, porém, ganhou uma nova dinâmica depois que a candidatura do vereador Andrea Matarazzo a prefeito "fugiu ao controle" do governador. Em caráter reservado, aliados de Alckmin com trânsito no Palácio dos Bandeirantes dizem que Matarazzo, considerado próximo do senador José Serra, que também planeja disputar a Presidência, tentou "emparedar" o governador ao articular, à sua revelia, o suporte dos principais quadros do partido ao seu projeto. Matarazzo rechaça essa argumentação e também se diz um aliado de Geraldo Alckmin, de quem foi secretário no governo paulista. O sinal amarelo do bloco "alckmista" foi aceso no começo de setembro, quando Matarazzo recebeu o apoio público do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, dos senadores José Serra e Aloysio Nunes e do ex-governador Alberto Goldman durante um jantar na casa do ex-ministro José Gregori.

**Sindicalistas pedem rejeição de PEC que acaba com contribuição sindical obrigatória.** Em audiência pública nesta segunda-feira (19), na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), sindicalistas defenderam a rejeição da proposta de emenda à Constituição (PEC 36/2013) que acaba com a contribuição sindical obrigatória, mais conhecida por imposto sindical. A Proposta de Emenda à Constituição foi apresentada pelo senador Blairo Maggi (PR-MT). O texto altera o artigo 8º da Constituição para suprimir a cobrança de contribuição sindical obrigatória em favor das associações que formam o sistema confederativo

de representação sindical. Segundo o parlamentar, o imposto sindical promoveria uma relação de dependência financeira dos sindicatos em relação ao Estado. Mas para os sindicalistas, a proposta desmantela o movimento sindical e ataca os direitos dos trabalhadores. A PEC aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o relator José Medeiros (PPS-MT) apresentou parecer pela aprovação. Mas segundo Paulo Paim (PT-RS) e João Paulo Ribeiro, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Medeiros está aberto a ouvir a posição dos sindicalistas sobre a PEC e pode mudar seu parecer. Para Miguel Salaberry Filho, da União Geral dos Trabalhadores, a PEC vai "extirpar trabalhadores de sua representatividade".

## Judiciário

**Presidente do STF assina acordo com a OEA em Washington.** presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, irá assinar nesta segunda-feira (19), em Washington, capital dos Estados Unidos, um memorando com a Organização dos Estados Americanos (OEA) visando a disseminação de práticas do CNJ nos países-membros da entidade que tenham interesse em desenvolvê-las. O acordo prevê ainda que a OEA sugira outros bons modelos de atuação judicial para o Brasil. O memorando será assinado pelo ministro Ricardo Lewandowski e o secretário-geral da OEA, Luís Almagro. Entre os projetos do CNJ, estão: Audiência de Custódia, implementado em todos estados brasileiros, Cidadania nos Presídios, Saúde nas Prisões e Sistema Eletrônico de Execução Unificado. Nesta segunda-feira, o presidente do STF também irá participar de um debate na Inter-American Dialogue, instituição sem fins lucrativos focada em análise de políticas públicas, intercâmbio de experiências e comunicação em assuntos de interesse do continente americano. O ministro Ricardo Lewandowski falará sobre os desafios do Poder Judiciário brasileiro no cenário atual, sob a moderação do presidente emérito da instituição, Peter Hakim. O último compromisso do presidente do STF será um encontro com as missões diplomáticas do Brasil nos Estados Unidos e na OEA, quando irá discorrer sobre a atualidade do CNJ e do Poder Judiciário brasileiro. Na terça-feira (20), o ministro Ricardo Lewandowski irá participar de audiência pública na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA e assinar um memorando de entendimento com o órgão que tem por objetivo o aperfeiçoamento de juízes brasileiros em temas de direitos humanos. No mesmo dia, o presidente do STF também se reunirá com o presidente da Suprema Corte dos Estados Unidos, John G. Roberts Jr., para troca de experiências sobre casos importantes julgados por ambas as Cortes.

## Último Foco

**Programa Minha Casa, Minha Vida terá mais investimentos do FGTS.** O Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) poderá receber até R\$ 3,3 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para financiamento de imóveis a famílias da faixa 1 com renda de até R\$ 1,6 mil. A estimativa é que sejam financiadas até 73 mil moradias ainda em 2015. A utilização dos recursos do fundo foi regulamentada pela Portaria Interministerial nº 548, publicada nesta sexta-feira (16) no Diário Oficial da União. A medida vai permitir o cumprimento de investimentos assumidos e garantirá o nível adequado de execução do programa em 2015 e 2016. O objetivo do investimento do FGTS é alcançar as famílias da faixa 1 do MCMV, possibilitando a geração de empregos no setor da construção civil e a garantia da habitação aos mutuários de renda mais baixa. Houve uma ampliação da metodologia já existente para que pudesse haver financiamento aos beneficiários da faixa 1, que são famílias com ganhos de até R\$ 1,6 mil. Houve ainda realocação de recursos do resultado anual do fundo, cercado de todas as garantias do agente operador Caixa, via Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Em 2015, o FGTS vai subsidiar até 80% do valor de aquisição do imóvel do MCMV faixa 1, limitados a R\$ 45 mil. Estima-se que possam ser realizados, aproximadamente, 73 mil contratos neste ano neste novo formato. Na proposta aprovada pelo Conselho Curador em sua última reunião, haverá recursos do FGTS para a faixa 1 do programa também em 2016, de até R\$ 4,8 bilhões, com subsídio de até 60% do valor de cada imóvel. O limite, no próximo ano, permanecerá de R\$ 45 mil.

**SNAPU orienta municípios sobre gestão de risco no planejamento urbano.** A Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos (SNAPU) do Ministério das Cidades participou, entre os dias 6 e 9 de

outubro, da Conferência de Inteligência Territorial de Nova Friburgo, promovida pela Prefeitura de Nova Friburgo. Representantes da Secretaria debateram sobre plano diretor e desenvolvimento urbano. Na ocasião, o diretor de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano do Ministério das Cidades, Yuri Giustina, falou sobre Gestão de Risco no Planejamento Urbano. Em seguida, participantes de vários municípios expuseram suas experiências com desastres e deslizamentos de encostas e enchentes, percebendo o link existente com o plano diretor e o desenvolvimento urbano. Estiveram presentes representantes de órgãos locais, estaduais e federais, além de representantes da sociedade civil, ONGs e do setor privado. A conferência faz parte da audiência pública sobre a revisão do Plano Diretor de Nova Friburgo. O Plano Diretor é uma lei municipal que estabelece diretrizes para a ocupação da cidade. O documento identifica e analisa as características físicas, os problemas e potencialidades da localidade. A revisão, além de ser uma obrigatoriedade dos municípios com população superior a 20 mil habitantes, é necessária para adequar os instrumentos de planejamento da política urbana à realidade local.

**Grandes valores inscritos na dívida ativa serão cobrados por meio digital.** Nos próximos meses, a tecnologia será usada para recuperação de grandes valores inscritos na dívida ativa da União. Em novembro, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) cobrará de forma eletrônica os débitos de até R\$ 1 milhão. Em dezembro, o limite será extinto, e o procedimento digital será aplicado sempre que a dívida puder ser protestada, independentemente do valor. Até agora, a PGFN emitia protestos extrajudiciais eletrônicos de dívida ativa da União apenas para débitos de até R\$ 50 mil. Na modalidade de cobrança eletrônica, as certidões de dívida ativa da União são encaminhadas por meio de sistema eletrônico aos Tabelionatos de Protesto de Títulos, juntamente com os respectivos documentos de arrecadação. De acordo com a PGFN, o órgão estima que a ampliação do limite permita a recuperação, por meio digital, de R\$ 4,65 bilhões devidos à União. Instituído em 1997, o protesto extrajudicial de certidão de dívida ativa da União consolidou-se como um mecanismo que aumenta a velocidade de recuperação do dinheiro para os cofres públicos ao evitar a necessidade de que o devedor seja acionado na Justiça. Em 2013, a cobrança passou a ser eletrônica, com base em um acordo de cooperação entre a PGFN e o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil. Inicialmente, o sistema eletrônico de protesto extrajudicial permitia a cobrança de dívidas de até R\$ 20 mil. No primeiro ano, 45.610 certidões da dívida ativa foram levadas a protesto pela PGFN pelo novo meio. Em 2014, o limite passou para R\$ 50 mil por dívida. Segundo a PGFN, a quantidade de certidões da dívida ativa protestadas foi quase multiplicada por dez, passando para 402.302. Em 2015, 787.541 títulos foram encaminhados aos cartórios por meio da modalidade eletrônica.

**Fazenda estuda novas regras para agilizar contratação de obras.** O Ministério da Fazenda patrocina a criação de uma nova modalidade de contratação de obras de infraestrutura. A comissão criada em portaria do ministro Joaquim Levy para sugerir regras que melhorem o ambiente de negócios entrega seu relatório até o fim do mês propondo a criação de uma empresa estatal para elaborar projetos para o setor público e com regras de contratação de consultoria que fogem completamente das amarras atual lei de licitações. Além disso, a comissão propõe a figura de um contrato de fomento público empresarial para disciplinar os incentivos que os governos podem dar a projetos empresariais privados que tenham utilidade pública. "Buscamos regras que ajudem a viabilizar empreendimentos públicos e que os tornem de melhor qualidade", explicou Carlos Ari Sundfeld, professor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e um dos integrantes da comissão. O grupo também tem a participação do secretário-executivo adjunto e do secretário de Assuntos Econômicos da Fazenda. A proposta se baseia na criação de uma empresa estruturadora de projetos, estatal que teria como fonte de receita os projetos que conseguisse vender para o poder público, incluída também a prestação de serviços para Estados e municípios, e folha de pessoal enxuta. A empresa seria responsável por contratar consultorias externas - usando os especialistas para discutir não apenas os projetos de engenharia, mas também modelos de concessão e estudos prévios - e fazer a integração com os órgãos da administração pública.

**Instabilidade política reduz investimento em obras viárias, diz consultor.** A instabilidade política e regulatória gera baixo investimento em obras de mobilidade urbana, segundo o consultor da área de desenvolvimento urbano Tarcísio Gomes de Freitas. Ele criticou a falta de clareza sobre o volume de recursos que o governo federal pretende injetar nas infraestruturas de contorno viário em 2016. Essas obras permitem separar o tráfego local do trânsito pesado das principais rodovias que cortam o País. A discussão ocorreu nesta sexta-feira (16), no 3º Seminário Internacional de Mobilidade e Transportes, realizado pela Câmara dos Deputados em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). "A Lei Orçamentária Anual [LOA]

de 2016 não tem muitos contornos previstos. E o pior é que a maioria das rubricas tem dotação simbólica, ou seja, colocam-se projetos na Lei Orçamentária, mas não se tem clareza nenhuma do que realmente vai ser feito”, afirmou Freitas. “Nós vamos concluir que a maioria dos investimentos previstos na LOA não tem a menor condição de acontecer, porque não há projeto nem estudo ambiental em andamento. Isso é ruim porque, se a gente não sabe o que vai acontecer, o investidor também não sabe.” O consultor falou dos engarrafamentos no entorno de Brasília, onde falta contorno viário para desafogar o trânsito da BR-020, que liga a capital a Fortaleza, no Ceará. Como exemplo bem-sucedido, ele citou a construção da Rodovia Parque (BR-448) em 2014, no Rio Grande do Sul, que encurtou o tempo de viagem pelas vias da região metropolitana de Porto Alegre.